
Anais do
V Seminário Multidisciplinar ENIAC Pesquisa 2014
V Encontro Da Engenharia Do Conhecimento Eniac
V Encontro De Iniciação Científica Eniac
V Fábrica de Artigos

UM VIÉS DE MÃO DUPLA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E NA FARSA DA ENSINAGEM NO ENSINO BÁSICO NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

A TWO-WAY BIAS IN THE LEARNING PROCESS AND THE LEARNING IN BASIC EDUCATION FARCE IN BRAZILIAN PUBLIC SCHOOL

Mônica Maria Martins de Souza

“O professor pensa ensinar o que sabe, o que recolheu nos livros e da vida, mas o aluno aprende do professor não necessariamente o que querem ensinar, mas o que quer aprender”.
Affonso Romano de Sant’Anna (2011).

Mônica Maria Martins de Souza é Psicóloga CRP:10263MG/ES, Jornalista MTE:0067950SP, Doutora em Comunicação e Semiótica PUCSP. Pesquisa de Pós doc em curso: Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC EAD. Mestre em Administração Mackenzie SP. Especialista em Docência, em Adm de RH e em Tecnologia Educacional. Atual Editora da Revista Acadêmica: Augusto Guzzo. Avaliadora INEP. Profa da Pós-Graduação do Mackenzie. Profa de Jornalismo, Publicidade, Propaganda e Marketing da Universidade UNIP. Nas Faculdades Integradas Campos Salles – FICS Prof de Psicologia no curso de Administração. Pesquisadora nas Faculdades de Tecnologia Eniac- FAPI C de Guarulhos, SP.

RESUMO

A indisciplina em sala de aula e a farsa de ensinar e aprender no ensino básico, na escola pública brasileira na atualidade sofre de

um descrédito que parte de duas vertentes; a dos docentes, e a dos discentes. Os alunos apresentam uma indisciplina em sala de aula que ultrapassa todos os limites do seu papel neste espaço. Eles mantêm desinteresse pelo conteúdo da aula, desvinculado da sua realidade. Aceitam qualquer coisa sem questionamento, desde que não sejam

cobrados por isso. Indiferente de ser o ensino, para jovem ou adulto - EJA. Os professores, por sua vez, se sentem desrespeitados pelo poder público, com baixos salários, falta de recursos e condições físicas da escola. Frequentemente transmitem o conteúdo que dominam, independente da sua inclusão no Plano de Ensino. A significativa quantidade de profissionais, disponíveis no mercado da educação, e a dificuldade de conseguirem novos empregos, faz com que os professores, desvalorizado, aceitem sem reclamar, os indignos salários. Com os salários e o moral em baixa, o magistério perdeu o sentido de orgulho que ostentava no passado. O gosto pela profissão deixou em seu lugar, resignação e desencanto. Como uma válvula de escape para os próprios problemas, o professor usa a sala de aula como palco para manifestação da sua frustração. Desiludidos, permanecem inertes diante da indisciplina e do desvalor da profissão. Sem êxito e sem estímulo sedam-se impotentes, repetindo informações desvinculadas dos planos de aula. De um lado observa-se a reivindicação social pela ensinagem de qualidade, e por outro a reivindicação da categoria pela remuneração digna pelo trabalho. Sem uma resposta a estas manifestações, ambos, profissionais e comunidade, se deparam com o descaso do poder público. Assim, os problemas educacionais brasileiros permanecem, ante o olhar indiferente dos políticos. Estes, neles se focam, apenas na época da campanha eleitoral. O que compromete a solução do duplo problema. Considerando este cenário, a causa da indisciplina em sala de aula vai muito além da indisciplina do aluno, ela esbarra na inércia do professor, passivo diante da insatisfação

2

SOUZA, M.M.M. Um Viés De Mão Dupla No Processo De Aprendizagem E Na Farsa Da Ensinagem No Ensino Básico Na Escola Pública Brasileira

salarial. A busca da ensinagem com qualidade e da valorização do ensino depende de um salário digno para professor. Este, na impossibilidade de receber o reconhecimento financeiro impõe ao discente o que tem de arquivo passivo, sem investir na busca de novos conhecimentos para cumprir um programa de aula estruturado.

Palavras-chave: ensino, aprendizagem, indisciplina.

ABSTRACT

The indiscipline in the classroom and the farce of teaching and learning in basic education, in Brazilian public school currently suffers from disbelief that part of two parts; the teachers, and the students. Students have a classroom indiscipline that surpasses all limits its role in this space. They keep disinterest by the contents of the class, unlinked from its reality. Accept anything without question, provided that they are not charged for it. Indifferent to be teaching, for teens or adults-EJA. Teachers, in turn, feel disrespected by the Government, with low salaries, lack of resources and physical condition of the school. Often transmit content that dominate, regardless of their inclusion in the curriculum. The significant amount of professionals available on the market, and the difficulty of getting new jobs, makes teachers, devalued, accept without complaint, the unworthy wages. With wages and low morale, the Magisterium has lost the sense of pride that sported in the past. The taste for the profession left in its place, resignation and disenchantment. As an outlet

for their own problems, the teacher uses the classroom as a stage for expression of their frustration. Disillusioned, remain inert in the face of indiscipline and the worthlessness of the profession. Without success and without stimulus are powerless, repeating unlinked information of lesson plans. On the other hand there is the social demand for quality learning, and on the other the claim for remuneration by category worthy work. Without a response to these events, both professional and community, if faced with the indifference of the Government. Thus, the Brazilian educational problems remain before the indifferent eyes of politicians. These, they focus, just at the time of the election campaign. This compromises the solution to the double problem. Considering this scenario, the cause of indiscipline in classroom goes far beyond student indiscipline; she stumbles on the professor's inertia, passive in the face of wage dissatisfaction. The pursuit of learning and appreciation of quality teaching depends on a decent salary for a teacher. This, it is impossible to receive the financial recognition imposes on the students you have passive file, without investing in the search for new knowledge to fulfill a structured classroom program.

Keywords: teaching, learning, indiscipline.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta investigação é compreender a indisciplina em sala de aula e a farsa de ensinar e aprender no ensino básico, na escola pública atual. Pensar o processo de aprendizagem e ensinagem, nos dias atuais que desacreditado por parte dos docentes e

discentes gera uma representação de aprendizagem e não uma construção de fato. Os professores desiludidos trabalham apenas pelo raso salário, e os alunos indiferentes à aprendizagem buscam os certificados de conclusão, indiferente da aquisição de competência para utilizá-lo.

A metodologia utilizada para compreender o processo centrou-se na pesquisa bibliográfica, observação *in loco*, e análise do discurso dos professores que atuam na de ensinagem do ensino básico na escola pública brasileira. Foi observado se na ensinagem onde existe a parte burocrática, do “Plano de Ensino” este foi seguido em seus conteúdos propostos e cumpridos na íntegra, ou se eles não saem do papel. Pesquisou-se se o conteúdo transmitido pelo professor é o tema do plano de ensino ou o tema que ele domina, ou algo que leu, ouviu, ou discutiu recentemente, independente de estar ou não no contexto.

A justificativa da pesquisa é verificar se no cotidiano do ensino, os professores utilizam métodos tradicionais com livros didáticos, onde os alunos copiam, fazem resumos e aí se encerra esta dinâmica, com o conteúdo aplicado. Se os alunos estão convictos de que aprendem porque acreditam que a aplicação do conteúdo demonstra conhecimento necessário em sua fase de aprendizagem. Se o método com o qual o professor desenvolve as aulas conta com a participação e o interesse dos alunos.

A hipótese é que exista atualmente uma indiferença dos alunos em se informar sobre o plano de ensino e assim aceitam qualquer coisa sem questionamento, desde que não sejam cobrados por isso, porque não estão interessados na aprendizagem. Outro

aspecto que envolve este processo é a pressão social, pela ensinagem de qualidade.

É comum os responsáveis pelos alunos reclamarem do ensino, da escola e do professor, tomando a frente da situação, desconsiderando a “autonomia” dos filhos. Os valores dos pais aparecem em primeiro plano, as famílias esquecem que os filhos necessitam desenvolver a autonomia para usá-la o resto de suas vidas. Mas eles não estão interessados.

A pedagogia do fingimento de ensinar é tão real quanto os diplomados sem nenhum conhecimento que se multiplicam no mercado de trabalho a cada dia.

As aulas se resumem em conversas paralelas e a avaliação não acontece, porque o professor não tem o que exigir. Como nada foi ensinado, nada poderá ser exigido dos alunos, e o professor pede apenas um resumo. A ausência da prova evita futuras reclamações na direção. Como não existiu uma aula de qualidade, e o professor não explicou nada, os alunos leem e fazem resumos, sem nenhum entendimento. Neste encontro, nada foi ensinado, e muito menos aprendido conforme Boechat (2011). É assim tanto na educação de jovens, quanto de adultos, o que denuncia uma necessidade de se analisar as práticas pedagógicas, e a partir delas compreender as suas especificidades.

Refletindo sobre a complexidade do processo de aprendizagem e ensinagem a hipótese da indisciplina em sala de aula e da farsa de ensinar e aprender é que; primeiro: a busca da ensinagem com qualidade e da valorização do ensino depende de um salário digno para professor. Segundo: este, na impossibilidade de receber o reconhecimento financeiro impõe ao discente o que tem de

arquivo passivo, sem investir na busca de novos conhecimentos para cumprir um programa de aula estruturado. Terceiro: os alunos apresentam indisciplina em sala de aula e ultrapassam todos os limites do seu papel neste espaço porque estão desinteressados pelo conteúdo da aula que é desvinculado da sua realidade. Quarto: eles aceitam qualquer coisa sem questionamento, desde que não sejam cobrados por isso. Indiferente de ser o ensino, para jovem ou adulto - EJA.

Analisar estas práticas e reflexão sobre estas questões é o principal objetivo, desta pesquisa que terá como principal foco a investigação das causas da indisciplina em sala de aula. A verificação de como se dá uma aprendizagem de qualidade, valorizando a ensinagem tanto da Alfabetização de Jovens quanto de Adultos.

A metodologia aplicada para atingir os objetivos estabelecidos, e responder ou negar as hipóteses, contará com a estrutura da pesquisa bibliográfica de base qualitativa e em caráter exploratório. Não serão utilizados questionários, mas a observação da relação dos professores com os alunos, in loco em três escolas, Alfa, Beta e Gama. Os discursos teóricos serão verificados na prática. Serão utilizados de investigação e análise. As referências teorias contarão Paulo Freire, Fuck, Emília Ferreiro, e outros autores, pesquisadores em sites com artigos e entrevistas na internet.

Acredita-se que buscar este arcabouço teórico trará a possibilidade de esclarecimentos conceituais capazes de alicerçar, teoricamente a indisciplina na prática educativa de jovens e adultos. Na busca de confirmar ou negar as hipóteses o autor

mergulhará na pesquisa bibliográfica e observará in loco as escolas para compor o primeiro capítulo, a indisciplina em sala de aula. A composição do segundo capítulo “a farsa de ensinar e aprender” contará com a investigação sobre o processo do ensino e da aprendizagem; da avaliação na aprendizagem do aluno; viajará para a escravidão da classe média; deitará um olhar sobre a política que toda escola faz para tratar a educação e desenvolver as ideologias escolares.

O terceiro capítulo buscará nos autores uma luz para saber como é tratada a alfabetização no Brasil. A partir desse árduo garimpo, espera-se compreender porque os professores permanecem inertes diante da indisciplina e do desvalor da profissão aceitando trabalhar por indignos salários, porque usam a sala de aula como palco para manifestação da sua frustração, e desiludidos, sem êxito e sem estímulo sedam-se impotentes, repetindo informações desvinculadas dos planos de aula, e até transformando inadequadamente a sala de aula em consultório psicanalítico, ou palco político.

1. O JOGO DO PODER E A REVANCHE DA INDISCIPLINA EM SALA DE AULA

A indisciplina pode ocorrer por vários motivos, entre elas: sociedade, família, escola, professores e alunos. Acredita-se que não existe uma receita para acabar com a indisciplina. Ela carece de um trabalho coletivo para descobrir o porquê do seu início e manutenção (Vasconcelos 1993). O problema da indisciplina escolar é um grande desafio aos objetivos educacionais. Tanto pela não

organização e normalização das atividades quanto pelas relações em sala de aula, para que a aprendizagem dos conteúdos curriculares se efetive. Esse fator atrapalha o desenvolvimento do trabalho pedagógico em relação à qualidade de ensino, abalando o desempenho tanto dos estudantes, quanto dos docentes, sobre isso Santos diz que:

“O professor é importante não somente como figura central, mas como coordenador do processo educativo, criando espaços pedagógicos interessantes, estimulantes e desafiadores, para que neles ocorram a construção de um conhecimento escolar significativo (SANTOS, 2006:46).”

Algumas estratégias podem ser feitas pelos professores para prevenir comportamentos indisciplinados, por seus alunos em sala de aula. Para Santos são eles:

“Refletir sobre as atitudes e funções do professor; Planificar a aula cuidadosamente em todos os seus momentos, com intuito de promover a concentração; Cativar os alunos para a sua disciplina; Observar, atentamente, cada aluno; Favorecer o desenvolvimento da autoconfiança; Fomentar o respeito mútuo entre os alunos e entre os alunos e o professor; Discutir com os alunos o regulamento de uma turma, respeitando-o e levando-o respeitar (SANTOS, 2006).”

Não se pode delegar a culpa pela indisciplina apenas aos alunos, muitas vezes a relação social professor-aluno é a própria causa da indisciplina. Nesta relação existe o autoritarismo, a inadequação da metodologia e a falta de diálogo com o grupo. Na opinião de Santos (2006), sem democracia a aprendizagem e a ensinagem fica inviável. É impossível negar a importância e o impacto que a educação familiar tem sobre o indivíduo.

No entanto seu poder não é absoluto e irrestrito. Neste sentido é preciso que a estrutura familiar se adapte às novas circunstâncias e transforme determinadas normas, sem deixar de constituir um modelo de referencial (Aquino (2003), Enquanto houver professores impondo comportamento, sempre haverá alunos protestando e procurando meios de fugir destas regras que lhes parecem arbitrárias. “A indisciplina traduzir-se-ia numa espécie de efeito de inconformidade, por parte do alunado, aos anacrônicos padrões de comportamento nos quais as escolas ainda parecem inspirar-se” (Aquino (2003).

Ampliando a visão e a reflexão sobre esta polemica, Antunes (2002), contribui com o seu entendimento sobre uma classe indisciplinada, como aquela que:

Não permite aos professores oportunidades plenas para o desenvolvimento de seu processo de ajuda na construção do conhecimento do aluno; Não oferece condições para que os professores possam “acordar” em seus alunos sua potencialidade como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania; Não permite um consciente trabalho de estímulo às habilidades operatórias, ao desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e vivências geradoras da formação de atitudes socialmente aceitas em seus alunos (Antunes, 2002:53).

Cabe aos professores resgatarem valores do passado, assim como proporcionar informações pertinentes para que os alunos que estejam abertos a novos valores e disciplina em sala de aula. Isso mediante propostas relacionadas as condições sociais, políticas, econômicas, culturais, conforme a

aborgagem de Josiane Costa de Alcantara (2011, anexo 3:58).

Não há dúvida que a Escola é um palco de diversos acontecimentos. Neste, alunos e professores representam problemas, tanto os internos quanto externos. Os alunos trazem questões da comunidade, espaço de uma diversidade de personalidades. Na interação, o professor é o gestor e não é fácil gerir a diversidade.

Os “alunos problema” ou indisciplinados surgem na escola de forma concomitante ao fracasso escolar decorrente do processo de escolarização inicial brasileira, na opinião de Aquino (2003). Por isso é importante se trabalhar os na escola os grupos e a comunidade. Desenvolver constante diálogo com a família conhecer o histórico familiar e permitir que a família conheça o trabalho da escola e, em particular, o trabalho dos professores.

Os professores devem fazer uma auto avaliação do seu trabalho, a forma que desenvolvem os conteúdos e a interação com os alunos. Deve abrir uma discussão sobre o tema com os alunos, onde o grupo possa identificar pontos que favoreçam a disciplina em sala conforme Alcantara. O professor deve retomar o sentido da educação no ato da direção dos grupos, compostos por professores e alunos. Os alunos precisam entender os objetivos da escola e os professores devem mostrar o sentido desta na interação com a comunidade.

Os trabalhos desenvolvidos pelos professores devem ser pensados no coletivo, onde todos devem desenvolver temas interdisciplinares que sejam de interesse comum – escola e comunidade. Enfatizar as regras de convivência dos alunos na

comunidade na qual estão inseridos é um ato de boa política. A pauta principal deve ser o respeito de acordo com Aquino (2003)

O educador deve respeitar os educandos em seus limites de aprendizagem, no direito de ter uma aula de qualidade, como pessoas. Deve exigir esse mesmo respeito para si e para os colegas e, se não houver, deve restabelecer os limites. Não se deve entrar em conflitos viciosos. A simpatia dos alunos para com o professor pode acontecer ou não, mas acima de tudo o respeito mútuo deve ser primordial. E, se isso não ocorrer, deve a escola envolver a família como peça principal, por limites, acompanhar o trabalho da escola juntamente com o filho (AQUINO: 2003,65).

Quando a escola cria espaço para a participação dos pais, não apenas em conselho de classe ou reunião bimestral, mas espaço de convivência está praticando a democracia. É papel da escola fazer o trabalho de conscientização com a família, levando-a a planejar e colocar em prática trabalhos diferenciados que interesse aos alunos e à comunidade. A educação hoje está fragmentada e uma pequena parcela da sociedade se beneficia dela. Mas o objetivo dela é apresentar soluções construtivas e promover qualidade de saber e desenvolver competências e não cercear. Deve proporcionar a todos os alunos um currículo educacional abrangente para permitir que ingressem em uma universidade pública ou privada ou entrar no mercado de trabalho. É importante é que os alunos saiam preparados para qualquer caminho que queiram seguir. Ela ainda deve torná-los críticos com aulas criativas, utilizando novas tecnologias. O professor deve descartar os livros didáticos que engessam e não ampliam conhecimentos pedagógicos.

A disciplina não pode ser punitiva. O professor não deve ser autoritário. A escola deve compor um contexto social onde os alunos possam entendê-lo como espaço de criação e inovação sem apresentar neste, nenhuma resistência. As pessoas estão acostumadas com o tradicionalismo e, quando se deparam com as mudanças, ficam inseguros e criam resistência. Assustados, os alunos, às vezes, preferem continuar no erro a encarar o novo (VASCONCELLOS:1993:46).

O professor deve criar um ambiente onde todos possam questionar e expor suas opiniões, enfim, participar. Deve respeitar o limite da aprendizagem individual de cada aluno, em seu processo de construção do conhecimento. Acredita-se que a indisciplina esteja diretamente ligada ao desconhecimento do aluno em relação aos objetivos da escola. Os professores sentem-se ameaçados em relação às suas limitações e o acesso dos educandos às informações (Anexo 3.48). Infelizmente algumas escolas, não valorizam o diálogo e agem como donas da verdade.

O domínio do professor em sala de aula é necessário e os alunos devem entender essa autoridade como algo positivo. A disciplina deve ser construída de forma dialética, com autonomia e esse entendimento deve ser construído no grupo para que haja aprendizagem. Antunes diz que:

Ensinar não é fácil e educar é mais difícil ainda; mas não ensina e não educa, quem não define limites, quem não constrói democraticamente as linhas do que é e, do que não é permitido. O aluno só cresce se tiver diante de um desafio. Isso deve ocorrer diariamente, com limites claros. As escolas precisam estabelecer regras mais rigorosas, caso contrários os alunos vão continuar fazendo o que bem entendem e os professores continuarão sem poder atuar,

Antunes (2002:38).

A escola precisa dar condições aos professores para assumir atitudes de controle na sala de aula. Eles devem saber que de fato tem poder nas mãos, e que necessitam saber como e quando usar. O problema da indisciplina é um problema de significativas proporções em diversas escolas e prejudica o andamento do ensino e da aprendizagem. Para combatê-la é importante desenvolver métodos que assertivos. Neste sentido, é imprescindível um educador capacitado e apto para atuar em sala de aula. Os alunos, a comunidades e os órgãos competentes devem fazer a sua parte.

O apoio pedagógico é imprescindível para que o processo de ensino e aprendizagem seja mais eficiente.

Neste caso, Gadotti (1979:p,87), relata que:

O ensino é uma atividade prática que se propõe dirigir as trocas educativas para orientar num sentido determinado as influências que se exercem sobre as novas gerações. Compreender a vida da sala de aula é um requisito necessário para evitar a arbitrariedade na intervenção. Mas nesta atividade, como noutras práticas sociais, como a medicina, a justiça, a política, a economia, etc., não se pode evitar o compromisso com a ação, a dimensão projetiva e normativa deste âmbito do conhecimento e atuação.

Deve-se proporcionar a atividade da disciplina, até por que a disciplina forme o aluno como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. Gramsci(2014). O ato da indisciplina de fato não é tão fácil controlar e muito menos combater, o número de professores

qualificados, infelizmente ainda é pouco, ficou claro nesta pesquisa que métodos e metodologias eficazes precisam ser desenvolvidos o quanto antes para que o objetivo seja de fato alcançado.

A indisciplina chega a causar dificuldade na aprendizagem. A escola precisa cada dia criar subsídios que amenizem o problema, a função da escola, que é promover a aprendizagem da maioria dos alunos, tem deixado em muitos casos a desejar. Assim como também o papel do professor, que parece não está conseguindo de forma correta agir como mediador entre o conhecimento aplicado e o aluno.

1.1 A interação dinâmica de ensinagem aprendizagem

No sistema escolar, o saber pedagógico do professor deve ser a alavanca desencadeadora das mudanças. Não só na escola da qual é parte integrante, mas também no sistema social, econômico e político de acordo com Paulo Freire:

O professor deve ser fonte inesgotável de conhecimentos no cotidiano da sala de aula. Deve retirar da teoria, elementos que permitam compreensão e possa assim, dar um direcionamento para ações conscientes. Deve superar as deficiências encontradas e recuperar o real significado do seu papel do professor. Deve apropriar-se de um fazer e de um saber fazer adequados ao momento que vive a escola atual (FREIRE: 2002, p.36).

O trabalho docente é o exercício profissional do educador, representa o seu primeiro compromisso com a sociedade. Sua responsabilidade, frente aos novos tempos o impõe a transformação de alunos em cidadãos

ativos e participantes, na família, no trabalho e na vida cultural e política. É, portanto, uma atividade social, que contribui para a conscientização e a conquista democrática.

O pressuposto da pedagogia se inspira na concepção consciente de que a educação deve introduzir no trabalho docente, elementos de mudança que assegurem a qualidade pretendida para o ensino. Coerente com esse pressuposto busca-se garantir ao aluno, por meio do professor, uma formação sólida e abrangente, que privilegie o processo de construção do conhecimento. Este processo é compreendido em decorrência das trocas que o aluno estabelece na interação com o meio social e cultural. Ao professor, cabe exercer a mediação do processo e articular as trocas, ciente da assimilação crítica e ativa de conteúdos significativos, vivos e atualizados de acordo com Freire (2003):

O que se deve considerar é que o ato de ensinar e de aprender é uma constante troca, nela é imprescindível que o professor seja, acima de tudo, um educador. Que enfrente desafios e possa encarar os problemas presentes na sua formação. Que compreenda que o conhecimento se processa através de valores que embasam e justificam a aprendizagem. E que esta se dá nas relações interpessoais dos sujeitos envolvidos no processo e no que vivenciam em sala de aula (FREIRE: 2003, p.87).

A atitude do professor em sala de aula é importante. Ele precisa criar clima de atenção e concentração, sem perder a alegria. As aulas podem tanto inibir quanto desinibir o aluno, ou provocar a sua indisciplina. O papel do professor é o de mediador e facilitador; que interage com os alunos na construção do saber. É importante que a

escola ensine o professor a ensinar, garantindo que todos os alunos aprendam e desenvolvam o seu raciocínio. (Anexo 2:44 FARO, 2011).

O relacionamento do professor com o aluno determina o clima emocional da sala de aula. O clima pode ser positivo, de apoio ao aluno, quando o relacionamento é afetuoso, cordial. Neste caso, o aluno sente segurança, não teme a crítica e a censura do professor. Se o seu nível de ansiedade se mantiver baixo pode trabalhar descontraído, ser criativo, e render intelectualmente. Se o aluno teme constantemente a crítica e a censura do professor, se o relacionamento entre eles é permeado pela hostilidade, a atmosfera da sala de aula é negativa. Aumentando a ansiedade do aluno surgem repercussões físicas que diminui a sua capacidade de percepção, raciocínio e criatividade.

Se a aprendizagem, em sala de aula, for uma experiência de sucesso, o aluno constrói uma representação de si mesmo como alguém capaz. Se ao contrário, for uma experiência de fracasso, o ato de aprender tenderá a se transformar em ameaça. O aluno ao se considerar fracassado, vai buscar os culpados pelo seu conceito negativo e começa pelo professor classificando-o como é incompetente e incapaz para ensinar.

Para que a escola possa efetivamente atender a sua mais elevada finalidade: permitir o aluno a chegar ao conhecimento, deve romper as diferenças entre professor e aluno, barreira consagrada pela escola tradicional. Faz parte dos papéis tradicionais professor – ensinar, transmitir e dominar – e os papéis do aluno – aprender, receber passivamente e obedecer. Na escola atual esses conceitos devem ser mudados na opinião de (FREIRE:

2003:91):

No contexto da nova escola, a sua qualidade de atuação não pode depender só da vontade de um ou outro professor. É preciso a participação conjunta da escola, da família, do aluno e dos profissionais ligados à educação. Assim o professor deve reorganizar suas ideias e reconhecer que o aluno não é um indivíduo que só faz receber informações. Ele se torna sujeito das suas ações e da sua capacidade que vai além do conhecimento que lhe é “depositado” (FREIRE: 2003,p.91).

Para tanto, o professor não mais será o “dono do saber” e passará a ser um orientador, alguém que acompanha e participa do processo de construção de novas aprendizagens. Para que a sociedade mude é preciso que se provoque mudanças significativas para o indivíduo. Entende-se aqui, que as escolas devem repensar sua relação com a comunidade. A criação de um clima favorável para o aprendizado, contribui com o compromisso de ambas as partes, o que é fundamental para se obter a verdadeira escola. Em uma escola democrática, todos acessam a coletividade e na opinião de Freire (1991:117):

Somente outra maneira de agir e de pensar pode levar a pessoa a viver outra educação que não seja mais o monopólio da instituição escolar e de seus professores, mas sim uma atividade permanente, assumida por todos os membros de cada comunidade e associada de todas as dimensões da vida cotidiana de seus membros (FREIRE: 1991: 117).

A educação é a mais fantástica troca de conhecimentos que há entre os seres humanos. A educação é encontrada em mundos diversos. Em todos os lugares haverá

alguma cultura para absorver e conseqüentemente espaço para apresentar a nova cultura para outras pessoas. Dependendo de cada povo, as culturas são diferentes, pois os modos de vida são diferentes.

A educação existe em mundos diferenciados, é realizada de acordo com as condições socioculturais de cada sociedade, que proporciona a constituição de indivíduos de acordo com a estrutura de educação. As pessoas são manipuladas conforme os seus padrões morais, éticos políticos, pedagógicos ou religiosos entre outros. (Anexo 2:44) quando se torna sujeito adquire autonomia e segue seu próprio caminho.

Nas empresas, o sistema centralizador de poder usa o saber como arma para reforçar a desigualdade, a falta de companheirismo entre homens. Instigam a competição de uns com os outros na divisão do trabalho. A educação tem a finalidade romper os limites do conhecimento e formar, através da escola, pessoas críticas e democráticas, função que não é assumida apenas pela escola. A escola atua como instância educativa, tem o papel de promover a elevação cultural dos seus educandos, mas o fundamental é a formação da personalidade do aluno. A escola é o espaço em que os professores estabelecem uma relação democrática, e praticam ações de interesse comum. Dedicam-se conjuntamente em atividades que elevam o seu modo de ser e de viver. Ambos transformam, neste cenário, a sua idiosincrasia – forma de ver pensar e sentir o mundo.

2. A FARSA DA ENSINAGEM E A REPRESENTAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A metodologia desenvolvida em sala de aula ao longo da última década despertou desinteresse nos alunos que manifestaram indiferença e indisciplina. Atualmente, de forma generalizada os professores reclamam que os alunos estão indiferentes ao aprendizado. No ensino para as crianças, estas demonstram indisciplina e desrespeito, tanto na relação com professores, quanto colegas, profissionais de apoio e direção. No ensino para adultos, estes deixam claro que já possuem conhecimento e que o seu interesse é apenas pelo certificado para melhorar o seu posicionamento no mercado. Os professores, por sua vez, insatisfeitos com os seus salários, rasamente pagos entram nas salas de aula desmotivados e despreparados. Os alunos sem entusiasmo e sem motivação foram gradativamente direcionando a sua atenção do professor para os colegas do grupo de conversas. As aulas monótonas acontecem indiferentes aos alunos, que nem as ouvem. E desmotivado o professor não dá conteúdo e nem testes para avaliação porque não há o que avaliar. Logo, nada será cobrado porque nada foi ensinado. Uma trágica situação que remete a uma pergunta que aparece frequentemente na sala de aula; - Professor, você vai dar alguma coisa importante hoje? Uma farsa se estabeleceu no ambiente escolar que transformou a sala de aula em grupos de conversas paralelas, nela o professor finge que ensina algo e os alunos fingem que aprenderam.

O MEC – Ministério da Educação e Cultura exige que a escola se dedique ao

plano de ensino. O professor então constrói e na sala de aula relata o seu conteúdo, que é apontado no diário de classe. Porém, o que deveria ser trabalhado em sala é mascarado pelo fingimento apontado por Werneck (2002). Com a farsa o período letivo obrigatório nunca é cumprido devido ao baixo índice de assiduidade dos alunos e do próprio professor. A insatisfação com o salário faz com que eles finjam que ensinam para no mínimo garantir o irrisório salário no final do mês, se possível sem comparecer o máximo de tempo que puder conforme Vasconcellos (1993):

A superpopulação desempregada nesta categoria profissional faz com que o professor aceite o salário desvalorizado, e desvalorizador, devido à quantidade de profissionais que querem entrar neste mercado de trabalho e que aceitarão este salário irrisório em função do elevado índice de desemprego (VASCONCELOS: 2003:67).

A desvalorização do ensino e da educação promove o aumento do índice de marginalidade. O que o estado economiza nos salários dos professores, ele gasta com o sistema prisional. A criminalidade cresce em ordem geométrica enquanto a educação cresce em ordem aritmética pela falta de compromisso público com a educação. A atualidade se depara com uma dolorosa realidade social. A união, os estados, e municípios gastam mais com o sistema prisional que com a educação. Como se observa a seguir:

O governo gasta uma média de 3 salários mínimos por mês com cada preso no sistema penitenciário. Os custos com cada preso são equivalentes ao dobro do piso nacional do professor e chegam até a se aproximar do salário base de um médico do sistema público

de saúde. A situação é mais alarmante quando se compara com os custos mensais do estado manter um preso e manter um aluno do ensino básico na rede pública que, de acordo com dados do Ministério da Educação (MEC), custa aproximadamente R\$ 213 mensais.
<http://assprapmrn.blogspot.com/2011/02>.

A criminalidade é decorrente da precária educação. Quanto maiores forem os investimentos governamentais com o sistema prisional maior é o índice de que está deixando a desejar na educação básica. Assim os dois sistemas estarão comprometidos. Quanto mais o governo investe na crescente população carcerária, maior é o índice que a educação básica está abandonada a própria. Quanto mais ignorada fica a educação, maior é o índice de que se está pagando cada vez menos aos professores. Conseqüentemente quanto mais cresce o número de presos mais cresce os investimentos em penitenciárias e com as famílias dos presos e menos cresce investimento nos professores, alunos e escolas. É uma lógica perversa que se mantém em um ciclo vicioso.

2.1 Os passos e a expectativa do processo do ensino e da aprendizagem

De acordo com Hessen (1978), a análise dos vários conceitos que envolvem o processo ensino-aprendizagem é necessário ter em mente as diferentes épocas nas quais estes conceitos se desenvolveram. Para compreender esses conceitos é necessário conhecer os valores e o contexto cultural da época. A mudança desses conceitos no decorrer da história, está atrelada às formas de produção do saber do homem nesta

trajetória.

Para o autor, o conceito de aprendizagem surgiu das investigações empiristas em Psicologia, ou seja, de investigações levadas a termo com base no pressuposto de que todo conhecimento provém da experiência. Este conceito inicial foi baseado no positivismo que influenciou diferentes épocas do conhecimento, entre eles o behaviorismo. O Behaviorismo é uma linha de pensamento que afirma que a aprendizagem se dá pela modelagem do que provoca a mudança no comportamento. A mudança é resultante do treino ou da experiência. E se sustenta sobre os trabalhos dos condicionamentos respondente e operante (HESSEN: 1978):

Para refutar estes conceitos que determinam o ser humano como passivo e não produtor surge a Gestalt, racionalista. Neste momento histórico não se fala em aprendizagem, mas em percepção, posto que tal corrente não acredita no conhecimento adquirido, mas defende o conhecimento como resultado de estruturas pré-formadas, do biológico do indivíduo (HESSEN, 1978:73).

Nomes como Piaget, Vygotsk e Wallon, segundo Hessen (1978), contribuíram com o desenvolvimento de conceitos sobre a aprendizagem a partir de três movimentos teóricos; empirismo, behaviorismo e gestaltismo.

Atualmente, tanto a área da educação como a área da saúde, pensa o indivíduo como um todo – o paradigma holístico. Uma visão sistêmica que amplia o conceito do processo ensino-aprendizagem. Este processo tem sido historicamente

caracterizado de diferentes formas. Estas vão, desde a ênfase no papel do professor como transmissor de informação e do aluno como receptor e transformador dessa informação em conhecimento, até as concepções modernas do processo de ensinagem como um todo integrado – holístico. Nesse todo se destaca o papel do educando que segundo Furter (1976):

[...] permite identificar um movimento de ideias de diferentes correntes teóricas sobre a profundidade do binômio ensino e aprendizagem. Entre os fatores que estão provocando esse movimento podemos apontar as contribuições da Psicologia atual em relação à aprendizagem, que leva todos a repensar a prática educativa, buscando uma conceitualização do processo ensino-aprendizagem (FURTER:1976:56).

Apesar das reflexões atuais, a situação da prática educativa massificadora nas escolas, ainda demonstra que considera o aluno como portador de pouca ou nenhuma capacidade de resolução de problemas e poder crítico-reflexivo. A padronização e o método de decorar conteúdos, além da dicotomia ensino-aprendizagem e do estabelecimento de uma hierarquia entre educador e educando deturpa a aprendizagem. O aluno submetido não tem liberdade criativa imaginativa.

A solução para tais problemas está no aprofundamento da reflexão, “como os educandos aprendem e como o processo de ensino conduz à aprendizagem” (FURTER, 1976). Para o autor, a solução está em “partir da teoria para colocar em prática” os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo de forma crítica e reflexiva. A partir daí pensar os conceitos atuais e repensar os conceitos

passados para identificar o que neles tem de melhor, não só para mudar como também para criar novos conhecimentos. Conforme observa GADOTTI (1995):

Para que se repensem as ciências humanas e a possibilidade de um conhecimento científico humanizado há que se romper com a relação hierárquica entre teoria, prática e metodologia. Teoria e prática não se cristalizam, mas se redimensionam, criam e são também objetos de investigação. Nesse sentido, pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino/aprendizagem e a atualiza. (GADOTTI: 1995:93).

Paulo Freire apud Gadotti (1995) diz que “é tão importante conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção aquilo que ainda não existente”. Ensinar, aprender e pesquisar é intrínseco ao processo que passa por dois momentos do ciclo gnosiológico: o que se ensina e se aprende do conhecimento já existente, e o em que se trabalha na produção do conhecimento ainda não existente. É isso que provoca grandes descobertas.

Ribeiro (2011), da Associação Brasileira de Psicopedagogia alerta que o processo ensino-aprendizagem de forma dialética, associado à pesquisa promove a formação de novos conhecimentos e traz a ideia de seres humanos como indivíduos inacabados e passíveis de uma curiosidade sempre crescente e positiva o que vai de encontro as ideias freudianas. Ela pontua que a construção do conhecimento ocorre por uma curiosidade epistemológica, uma capacidade de reflexão crítica do que é aprendido. Assim o aprendente se torna capaz de levar a um contínuo, o processo de ensinar e aprender,

conforme a autora que se ampara em GADOTTI (1995) quando este diz:

No processo pedagógico alunos e professores são sujeitos e devem atuar de forma consciente. Não se trata apenas de sujeitos do processo de conhecimento e aprendizagem, mas de seres humanos imersos numa cultura e com histórias particulares de vida. O aluno que o professor tem à sua frente traz seus componentes; biológico, social, cultural, afetivo, linguístico entre outros. Os conteúdos de ensino e as atividades propostas enredam-se nessa trama de constituição complexa do indivíduo (GADOTTI, 1995:93).

Gadote (1995) aponta que o processo de ensino-aprendizagem envolve um conteúdo que é ao mesmo tempo produção e produto. Parte de um conhecimento que é formal e faz parte do currículo declarado da escola, mas que é associado a outro saber latente, o conhecimento oculto que provém dos alunos e que nem sempre é considerado.

Todo ato educativo depende, em grande parte, das características, interesses e possibilidades dos sujeitos participantes, alunos, professores, comunidades escolares e demais fatores do processo. Pode-se observar que a educação se dá na coletividade, mas não perde de vista o indivíduo que é singular no contexto, histórico, particular e complexo. O professor e a escola precisam compreender que o processo ensino-aprendizagem ocorre na relação entre indivíduos carregados de história de vida e inseridos no espaço escolar, palco de ações e reações, onde o conhecimento ocorre no encontro, Como se observa a seguir em Gadotti (1995):

Pela diversidade individual e pela potencialidade que esta pode oferecer à

produção de conhecimento, conseqüentemente ao processo de ensino e aprendizagem, pode-se entender que há necessidade de estabelecer vínculos significativos entre as experiências de vida dos alunos, os conteúdos oferecidos pela escola e as exigências da sociedade, estabelecendo também relações necessárias para compreensão da realidade social em que vive e para mobilização em direção a novas aprendizagens com sentido concreto (GADOTTI:1995:98).

Pensar o aluno como um contribuinte no processo de ensinagem como participante sugere a superação da dicotomia transmissão x produção do saber. Nesse processo a concepção de aprendizagem permite resgatar, de acordo com Freire (202); tanto a unidade do conhecimento, através de uma visão da relação sujeito/objeto, em que se afirma, ao mesmo tempo, a objetividade do mundo e a subjetividade; como a realidade concreta da vida dos indivíduos, como fundamento para toda e qualquer investigação.

A função da escola é realizar a mediação entre o conhecimento prévio dos alunos e o sistematizado, propiciando formas de acesso ao conhecimento científico. Nesse sentido os alunos caminham, ao mesmo tempo, na apropriação do conhecimento sistematizado, na capacidade de buscar e organizar informações, no desenvolvimento de seu pensamento e na formação de conceitos na concepção do autor que afirma:

O processo de ensino deve, pois, possibilitar a apropriação dos conteúdos e da própria atividade de conhecer. A escola é um palco de ações e reações, onde ocorre o saber-fazer. É constituída por características políticas, sociais, culturais e críticas. Ela é um sistema vivo, aberto. E como tal, deve ser considerada

como em contínuo processo de desenvolvimento influenciando e sendo influenciada pelo ambiente, onde existe um feedback dinâmico e contínuo (FREIRE: 2002:68).

Neste ambiente de produções e produto que se insere o professor/ educador, não como um indivíduo superior, em hierarquia com o educando, mas como detentor do saber-fazer e como interlocutor que na interação concretiza o processo de ensinar a aprender.

O papel do professor é de diretor ele orienta a atividade mental dos alunos, de modo que cada um deles seja um sujeito consciente, ativo e autônomo. O seu dever é conhecer como funciona o processo para desempenhar o seu papel, no todo e isoladamente porque ele é um ser humano, com direitos e obrigações outras além da sala de aula. Pensar o educador a partir de Freire é pensá-lo como um ser que vive a sala de aula. Não, ele é humano, porém, é diferenciado dos demais que exercem qualquer outra profissão. Ele carrega a partir da sua formação, a função desafiadora de resgatar quatro dimensões do aluno: a cultural, a política, a social e a pedagógica. Resgatar esses elementos é crucial para o professor possa redimensionar suas ações do aluno no e para o mundo. O seu desafio é tornar as práticas educativas mais condizentes com a realidade. Mas qual realidade? Teoricamente seria mais humano e, com conceitos teóricos capazes de envolver o aluno holisticamente como um todo significativo e não em partes isoladas. Ideologicamente o processo deve promover no aluno a competência de transformar informação em conhecimento, construir maturidade e transformá-lo em cidadão. Uma

nobre profissão que depende não apenas de competência profissional, mas de ideal de vida. Sendo assim, professar não é uma profissão é uma assistência humana transformadora.

2.2 O ator e o diretor do processo de avaliação da aprendizagem

A avaliação é uma prática que tem como objetivo estimular e medir a aprendizagem por meio de uma nota ou conceito. Por meio dela a escola seleciona, hierarquiza e regula a conduta dos aprendizes e do condutor da ensinagem. O processo ocorre da mesma forma, independente da forma de trabalhar do professor, e da apropriação dos alunos. Cada fase possui um conjunto de noções e conceitos transmitidos, durante e no final de cada fase os alunos são submetidos a avaliação. Ao final de cada etapa ou fase de ensino, espera-se que os alunos concluam uma fase de compreensão ou aprendizagem. No método tradicional de ensino escolar se realiza provas escritas, para mensurar individualmente a apreensão do aluno sobre o conteúdo aplicado pelo professor. Conforme aponta (LUCK, 1991:49):

Na prática escolar, o ato de avaliar permanece de modo geral centrado na busca de informações quantitativas e precisas, a partir das quais são atribuídas classificações aos alunos ou tomadas de decisões unilaterais sobre suas competências, seus conhecimentos, suas possibilidades de continuar ou não aprendendo (LUCK, 1991:49).

A avaliação é classificatória e seletiva denuncia uma cisão entre ensino e aprendizagem. Ela pode até demonstrar a

aquisição do conhecimento transmitido, mas não possibilita detectar se o aluno tem consciência e aplicabilidade para essa aprendizagem. O professor que não reflete sobre a realidade do aluno e a aplicabilidade teórica na vida deste, dos conceitos fragmentados que repassa, não tem condições de avaliá-lo. E esse tipo de avaliação não agrega valor conforme (LUCK, 1991).

A preocupação dos professores ou da instituição hoje é centrada apenas na busca de rendimentos contábeis dos alunos, e que acarretam em fragmentos que vão passando de ano a ano e vão se constituindo em subtópicos que devem ser adicionados uns aos outros. Nesse sentido, a sistemática da avaliação escolar encontra-se cada vez mais precária. Isso acaba contribuindo para gerar distorções em aspectos básicos da educação escolar dos alunos, tais como a perda da vontade de aprender e de estar na escola e uma relação deturpada com o conhecimento e um uso desestimulante de suas inteligências. E conseqüentemente acarreta o desinteresse pela escola e certamente contribuem para o sentimento de fracasso no ensino e a aprendizagem de seus alunos. A proposta de avaliação deve, portanto, ultrapassar esse modelo, evitando que as distorções apontadas permaneçam e, mesmo, impedir que ocorram (LUCK, 1991:54).

Quando se fala que ser professor não é uma profissão como qualquer outra, porque o professor precisa saber que o objeto deste trabalho é um contribuir com um ser humano em formação. Ele possui um histórico de vida e de carências, com seus sonhos e desejos que necessitam ser transformados em projetos pessoais para que possam ser realizados.

O professor independente das condições que recebe da escola, o seu papel é encaminhar o aluno, por meio da sua

ensinagem, à construção e realização de projetos acadêmicos, pessoais e sociais. Cabe à instituição escolar, em sua filosofia, política e prática, compartilhar, incentivar e viabilizar a realização dos anseios dos alunos. Uma delas é capacitar-se e conhecer a sua capacidade. Nesta visão, para se pensar em avaliação escolar, é importante conhecer as forças que interferem diretamente neste processo. Dentre elas se destacam a forma como se pensa a inteligência, a concepção de conhecimento, a relação da escola com a família, as condições de trabalho do professor, e a didática que se utiliza.

A inteligência é associada à capacidade de criar e ter projetos. Isto traz para a prática docente a necessidade de olhar o aluno como alguém que pode, que é capaz e deseja aprender. Nem todos aprenderão ao mesmo tempo, nem da mesma forma, porque há formas diferentes de dispor das capacidades da inteligência e, portanto, de aprender. Nessa perspectiva, avaliar não é comparar pessoas é um desafio. Esse desafio exige um olhar diferenciado sobre o aluno e requer percebê-lo em suas dimensões: cognitiva, afetiva e cultural, para compreendê-lo em suas diferenças, crenças, e formas de aprender. Esse olhar do professor possibilita a autonomia do aluno para deliberar e realizar ações em sua aprendizagem das quais se responsabiliza, ainda amparando em Luck, (1991) que diz:

A avaliação é, portanto, responsável por fazer com que o aluno perceba o valor do que aprende. A sala de aula deve se tornar o espaço privilegiado do conhecimento compartilhado, onde a escola e os saberes que ela veicula devem estar a serviço da formação do aluno e da realização de seus

projetos pessoais (LUCK, 1991:59).

Considerando a sala de aula este espaço construtor, nele o professor não é um transmissor do conhecimento ele coordena e articula ações e os alunos são participantes de uma proposta de trabalho que também é deles e nela encontram segurança para aprender, expressar e assumir compromissos individuais e coletivos. Uma proposta de ensino assim focada permite que professor e aluno, negociem e contribuam.

Os conteúdos trabalhados na escola precisam ser abordados de forma a garantir que todos os alunos aprendam. Nesse sentido, cabe aos professores a composição de um currículo com disciplinas que permitam aos alunos uma aprendizagem que desenvolva habilidades, valores e atitudes, ou seja, interdisciplinaridade. E ainda citando Luck, (1991).

Consequentemente a forma de ensinar e de avaliar os conteúdos deve permitir ao aluno uma visão ampliada das diversas relações que podem ser estabelecidas entre uma disciplina e as demais áreas do conhecimento, e da função que elas assumem na sua formação. Espera-se, portanto, que o processo de avaliação mostre ao aluno o que ele aprende e como ele aprende para que tenha confiança em sua forma de pensar, de analisar e enfrentar novas situações (LUCK, 1991:62).

Avaliar implica em recolher, descrever, analisar e explicar o processo de ensino e aprendizagem na opinião dos envolvidos no processo, ou seja, alunos, professores e equipe escolar. Mas ela é uma ação regulada e refletida em função de um presente e de um futuro esboçado por um projeto, tanto no sentido pedagógico, quanto individual. As informações são coletadas em função do valor atribuído à aprendizagem que se espera obter

através do processo de ensino. Dessa forma, o ato de avaliar cria possibilidade de reflexão sobre o projeto pedagógico, suas metas, possibilidades e localiza a necessidade de cada aluno. Já para o aluno a avaliação tem função de torná-lo sujeito, o autor e o ator da sua própria aprendizagem. Ela nesse formato cria consciência reflexiva no aluno que assume a sua parcela de responsabilidade sobre a sua aprendizagem. Para chegar nesse ponto, de novo, volta-se ao profissional diferenciado dos demais, que tem em mãos um objeto de trabalho diferenciado, um ser humano vivo e em formação e cabe ao professor nesse momento aconselhar, informar, indicar mudanças, promovendo uma ação cooperativa que faz do diálogo, uma prática, e da reflexão, uma constante. E ninguém melhor para que Luck (1991) para falar desta que:

(...) se constitui para todos os envolvidos como o inventário de um processo vivo, intenso e complexo, podendo significar o modo pelo qual todos os participantes do projeto pedagógico tomam consciência de suas identidades, suas diferenças, responsabilidades e avanços, na busca da autonomia necessária para compreender o mundo no qual vivemos (LUCK, 1991:63).

A avaliação pode ser um processo prazeroso, uma relação de mão dupla como uma lente que permite uma visão detalhada do processo de ensinagem e aprendizagem. Um elemento articulador das ações pedagógicas. Não há uma única forma única de se acompanhar a aprendizagem. No processo avaliativo a eficácia depende do contexto de sua ocorrência. Considera: metas almejadas a proposta de ensino e as pessoas envolvidas e a escolha dos instrumentos de avaliação.

Acredita-se que a observação dos instrumentos de avaliação a aproxima de uma margem de credibilidade porque ultrapassa a simples preparação técnica. O que confere importância a um instrumento é a forma como instituição professores e alunos o compreendem e utilizam. O processo deve ser adequado à cultura institucional e deve ser condizente com a realidade dos alunos.

A seleção e elaboração dos instrumentos de avaliação devem iniciar no planejamento, quando o professor questiona: O que ensino? Por que ensino? Meus alunos podem aprender isso? Tais questionamentos apontam para a necessidade de direcionar o olhar para acompanhar o efeito das ações didáticas que organiza para que os alunos aprendam. Aí se estabelece metas a alcançar que dizem respeito a noções, conceitos, habilidades e atitudes que deseja ver desenvolvidos em seus alunos e que se relacionam tanto com as intenções de formação da instituição escolar, quanto com as metas do projeto pedagógico. No processo, a avaliação deve fornecer dados que possibilitem ao professor compreender o que o aluno aprendeu ou não, para intervir e ajudar a superar dificuldades e avançar. O essencial nessa perspectiva é utilizar a avaliação a serviço da inclusão. Isso dá aos instrumentos um sentido e relevância. Quando assim praticados, possibilitam ao professor mensurar as tensões, sofrimentos, avanços e conquistas e rever metas, estabelecendo novas diretrizes e repensar a sua forma de ensinar.

A variedade de instrumentos favorece a individualização do processo, mas é única para cada aluno enquanto aprendiz. A escolha de diferentes instrumentos permite observar o progresso de cada aluno por meio da

comparação com os seus desempenhos anteriores e não com outros alunos, como normalmente acontece. Na amplitude e variedade de instrumentos e das informações produzidas, os fatos sobre o ensino e a aprendizagem não estão em sua forma final. É necessário buscar, nas informações fornecidas pelos instrumentos, a construção de um cenário para a interpretação da história de cada participante, sob o olhar único de seu professor e do próprio aluno.

3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO BRASILEIRA

Para iniciar uma discussão acerca da Educação de Jovens e Adultos, é preciso fazer uma reflexão sobre a política educacional e entender como as pessoas foram excluídas do processo educacional alerta Santos (2011).

Desde o início da colonização portuguesa em terras brasileiras havia a preocupação com os adultos não alfabetizados. Os indígenas, primeiros habilitantes tiveram a educação voltada à doutrina religiosa, a instruções não os levavam a outros conhecimentos. Em 1827, no período Imperial, foi promulgada a primeira “Lei Geral de Educação do País”, que objetivava construir um “Sistema Nacional de Educação Escolar” composto por escolas elementares, secundárias e superiores (RIBEIRO, 1997:15).

Segundo Ribeiro (1997), em 1840 iniciou-se o “Curso Básico As Primeiras Letras” ao adulto dentro do Curso Profissionalizante de ensino. Em 1869, com o objetivo de atender o maior número possível de analfabetos. Para isso se criou escolas com atendimentos em períodos noturnos, aos

domingos e no período do verão. Essas escolas eram temporárias e ambulantes. De um modo geral a educação não obteve grandes avanços, continuando estagnada e o número de pessoas analfabetas aumentando gradativamente.

Com o objetivo de melhores condições educacionais, diversos educadores, profissionais como Dória (1923) e Teixeira (1924), solicitaram um maior número de escolas para o ensino de qualidade. Mesmo assim, podemos observar que o grande descaso dos atuais problemas educacionais existente no Brasil continuava e as questões sociais não eram relevantes. Durante alguns anos a história da educação vem se desenvolvendo e atraindo públicos variados, que busca na escola de maneira a melhorar seus conhecimentos e aprender o que antes não foi possível.

No Brasil Império, os primeiros indícios do Ensino Noturno para Adultos foram conhecidos como educação popular. Segundo Saraiva (2011) com a Lei Saraiva de 1882, houve a proibição do voto do analfabeto e a Educação passou a ter presença como redentora dos problemas da Nação. Durante a transição do Império - República (1887-1897) houve a expansão da rede escolar, e as “ligas contra o analfabetismo”, que visavam cessar o analfabetismo, por interesse no voto do analfabeto. O “otimismo pedagógico”, movimento político que tinha por objetivo a melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar, surgiu em 1920, e teve seu ponto alto, após 1930, com o Movimento: Escola Nova. O caráter qualitativo e otimização do ensino tiveram como objetivo as melhorias das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. Nos anos 40, a

educação passa a ser uma questão de segurança nacional, pois o atraso do país é relacionado à falta de instrução de seu povo. Em 1945 e 1947 aumentam as campanhas de educação de jovens e adultos e o objetivo era aumentar a campanha eleitoral e a sustentação do Governo Central. Em Janeiro de 1947, foi mobilizado, por Lourenço Filho, o Plano Nacional da Educação de Jovens e Adultos juntamente com a UNESCO aprovou o movimento a favor da “Mobilização Nacional de Jovens e Adultos Analfabetos”. A Associação dos Professores de Ensino Noturno, neste ano, com parceria com o Departamento Nacional de Educação, mobilizou o Primeiro Congresso de Educação de Adultos, ao mesmo tempo em que se lançou a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, com o slogan: “ser brasileiro é ser alfabetizado”.

Em 1949 a I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Dinamarca) teve como linha central a educação de adultos para “o respeito aos direitos humanos e para a construção de uma paz duradoura, que seria uma educação continuada, mesmo depois da escola” (GADOTTI, 1979:30). O objetivo da mobilização tinha como prioridade o atendimento às exigências da cidadania. A luta da educação era real, segundo Lourenço Filho. Grande parte da população vivia praticamente à margem da vida nacional

(...), era necessário educador o adulto, antes de tudo, para que esse marginalismo desaparecesse e o país pudesse ser homogêneo, mais coeso e mais solidário e para que cada homem ou mulher pudesse ajustar-se à vida social e às preocupações do bem-estar e do progresso social (RIBEIRO, 1991:49).

Em 1960 foram iniciados movimentos educacionais e políticos. Esses movimentos objetivavam uma maior comunicação entre os grupos docentes e discentes, para reformular conteúdos, metodologias e outros temas necessários para a melhoria educacional. No final da década de 50, as críticas eram centralizadas na Campanha de Educação de Adultos e apontavam as deficiências administrativas e financeiras quanto à Organização Pedagógica. Denúncia sobre o curto período para alfabetizar, inadequação na metodologia para a população.

As críticas abriram novos horizontes para o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico educacional de adultos cuja referência principal foi o educador Paulo Freire. De 1958 até 1961, houve a Campanha Nacional do Analfabetismo (CNEA), e em 1958, aconteceu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde Paulo Freire foi a maior expressão do cenário progressista da educação neste acontecimento. No ano 1967, houve a criação do MOBREAL (movimento brasileiro de alfabetização), arquitetado como norma de controle da população.

Nos anos 70, a Educação de Jovens e Adultos é caracterizada como suplência da educação formal, tendo por objetivo a oportunidade de acesso de jovens e adultos ao sistema formal de educação. Com os movimentos sociais e o início da abertura política na década de 80, pequenas experiências foram se ampliando, construindo canais de troca de experiência, reflexão e articulação. Projetos de alfabetização se desdobraram em turmas de pós-alfabetização, onde se avançava no trabalho com a língua escrita, além das operações matemáticas

básicas. Também as administrações de alguns estados e municípios maiores ganhavam autonomia com relação ao Mobral, acolhendo educadores que se esforçaram por reorientar seus programas de educação básica de adultos. Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobral foi extinto em 1985.

Seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que abriu mão de executar diretamente os programas, passando a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas.

Nesse período de reconstrução democrática, muitas experiências de alfabetização ganharam consistência, desenvolvendo os postulados e enriquecendo o modelo da alfabetização conscientizadora dos anos 60. Dificuldades encontradas na prática geravam reflexão e apontavam novas pistas.

No âmbito das políticas educacionais, os primeiros anos da década de 90 não foram muito favoráveis. Historicamente, o governo federal foi a principal instância de apoio e articulação das iniciativas de educação de jovens e adultos. Com a extinção da “Fundação Educar” em 1990. A educação é vista, neste momento, como uma premissa para a organização popular. A educação é substituída por uma escolarização popularizada a partir da década de 1970 com a ditadura militar. A popularização da escola pública propiciou maior acessibilidade das camadas populares à educação escolar; em contrapartida, o ensino não foi qualificado. Com a precarização do ensino público a escola passou a ser desacreditada, pois, não conseguia atender à função de veicular uma educação de qualidade, o que levou à

disseminação do ensino privado como forma de garantir à elite uma educação que viesse a manter o seu caráter hegemônico.

Acreditar que a escola pode mais do que justificar os interesses e ideais das camadas dominantes leva à descoberta de uma nova função social desta instituição: a de que pode-se e deve-se romper com a dicotomia dos saberes – "saber das elites", formal e erudito e "saber das massas", informal e popular – em prol de uma união de saberes que considere as experiências de vida do educando como relevantes, visando não a formação do homem adestrado, útil para a sociedade e para o mercado de trabalho, mas a formação do homem livre, capaz de perceber-se como sujeito histórico e de interferir em seu contexto.

Dessa forma, pensar em uma educação que contribua para a formação humana enquanto constituição de sujeitos históricos é pensar na educação popular; é considerar que não é mais possível permitir que grande parcela da população continue vivendo à margem da sociedade, sendo explorada por uma minoria dominante que detém o poder político e econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das investigações teóricas foi possível perceber que a indisciplina em sala de aula e a farsa de ensinar e aprender no ensino básico, na escola pública brasileira, na atualidade foi atribuída a dois fatores complexos que trouxeram em seu bojo raízes históricas, culturais e políticas.

A resposta às hipóteses levantadas sobre a indisciplina em sala de aula e a farsa de ensinar e aprender, deparou-se com uma

dialética perversa. A ensinagem e a aprendizagem brasileira na atualidade passam por um processo de descrédito que parte de duas vertentes; a dos docentes, e a dos discentes.

A responsabilidade pelo fingimento na ensinagem e na aprendizagem se divide entre a falta de limites dos alunos que descende de fatores políticos econômicos e culturais. E a farsa de ensinar dos professores está diretamente ligada a uma alienação destes diante do desrespeito pelos baixos salários, a falta de recursos para a manutenção escolar, e as condições físicas precárias da escola.

Fatores diretamente ligados as mesmas vertentes políticas que afetam os alunos. Isso aparece associado à insegurança de professores recém formados ou metodologia ultrapassadas dos veteranos que desmotivados pelo descaso público transmitem o conteúdo que dominam, independente da sua inclusão no Plano de Ensino.

A significativa quantidade de profissionais, disponíveis no mercado da educação, e a dificuldade de conseguirem novos empregos, faz com que os professores desvalorizados, aceitem sem reclamar, os indignos salários. Com os salários e o moral em baixa, o magistério perdeu o sentido de orgulho que ostentava no passado. O gosto pela profissão deixou em seu lugar, resignação e desencanto. Como uma válvula de escape para os próprios problemas, o professor usa a sala de aula como palco para manifestação da sua frustração. Desiludidos, permanecem inertes diante da indisciplina e do desvalor da profissão. Sem êxito e sem estímulo cedam-se impotentes, repetindo informações desvinculadas dos planos de

aula.

Os alunos apresentam uma indisciplina em sala de aula que ultrapassa todos os limites do seu papel neste espaço porque tem desinteresse pelo conteúdo da aula. O desinteresse do aluno ocorre em função do conteúdo da aula, estar desvinculado da sua realidade. Disso decorre um alheamento que provoca a aceitação de qualquer coisa sem questionamento, desde que não haja cobrança. Esse processo de indiferença foi observado na ensinagem tanto de jovem quanto de adulto. Agregada à indisciplina dos alunos está a relação com família que perdeu o controle sobre seus filhos, e como o respeito deixou de existir em casa, ele se estende as demais instancias de convivência da criança, chegando até a escola. Como os valores familiares adquiridos na infância se refletem na vida escolar do aluno, a indisciplina na sala de aula sofre a influencia da ausencia dos valores familiares. Ao comportamento do aluno também se soma a sua história de vida, a história familiar e em consequencia desses fatores ainda se soma o tipos de personalidade que governa a forma do aluno ver, pensar e sentir o mundo como acolhedor ou hostil. Para Kant O ser humano nasce disciplinado, ele torna-se indisciplinado, na relação do cotidiano na família, na escola e na sociedade.

Indiferente das raízes históricas, culturais e políticas que promove o fingimento de alunos e professores ambos precisam repensar a situação atual e procurar um equilíbrio em respeito, para que o professor possa ter condições de fazer seu trabalho. Os alunos têm direito de receber um conjunto de medidas educacionais pedagógicas e psicológicas que desenvolvam em si uma

aprendizagem significativa. Quando alunos, pais e professores não estão satisfeitos, é necessário parar e repensar, métodos e metodologias que possibilite a aprendizagem. É dever do professor na sala de aula exercer autonomia para lidar com a indisciplina. Não só o professor, mas que gestores, pais e alunos precisam trabalhar juntos no intuito encontrarem soluções pertinentes para a resolução do problema. O apoio pedagógico nesse momento é imprescindível para que o processo de ensino e aprendizagem seja mais eficiente. O ato da indisciplina não é tão fácil controlar e muito menos combater quando faz parte de um contrato tácito entre professor e aluno.

Os órgãos públicos precisam rever suas políticas para proporcionar aos professores um salário digno. Os professores precisam encontrar formas de dedicar-se mais às especializações e pesquisa para desenvolver métodos e metodologias mais eficazes e ministrar aulas mais atrativas e motivadoras

A escola na escola pública brasileira precisa criar subsídios que amenizem o problema da indisciplina, a função da escola é promover condições para a aprendizagem dos alunos, e nisso tem deixado a desejar. Assim como também o papel do professor, que parece não está conseguindo de forma correta agir como mediador entre o conhecimento aplicado e o aluno. É necessário que os educadores revejam suas práticas de ensino, e construam aulas dinâmicas, resgatando no aluno o interesse pelo aprendizado, além de levar em consideração seu conhecimento e o que ele pode agregar à indisciplina.

De um lado observa-se a reivindicação social pela ensinagem de qualidade, e por

outro a reivindicação da categoria pela remuneração digna pelo trabalho. Sem uma resposta a estas manifestações, ambos, profissionais e comunidade, se deparam com o descaso do poder público. Assim, os problemas educacionais brasileiros permanecem, ante o olhar indiferente dos políticos. Estes, neles se focam, apenas na época da campanha eleitoral. O que compromete a solução do duplo problema. Considerando este cenário, a causa da indisciplina em sala de aula vai muito além da indisciplina do aluno, ela esbarra na inércia do professor, passivo diante da insatisfação salarial. A busca da ensinagem com qualidade e da valorização do ensino depende de um salário digno para professor. Este, na impossibilidade de receber o reconhecimento financeiro impõe ao discente o que tem de arquivo passivo, sem investir na busca de novos conhecimentos para cumprir um programa de aula estruturado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Onde esta a indisciplina? Existem três focos de incêndio a apagar.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002.

Aquino, J. G. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas.** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas.** 2. ed. São Paulo: Sammuns, 1996.

ALVES, Rubem. **Conversas sobre educação.** São Paulo: Verus, 2003.

ARROYO, Miguel. **A Educação de Jovens e**

Adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n. 11, abril 2001.

BECKER, Fernando. **Freire e Piaget em Relação: um ensaio interdisciplinar.** In: Educação e debate, Mauá, ano 1, no. 0, mar. 1998.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Considerações sobre a política da união para a educação de jovens e adultos analfabetos.** Revista Brasileira da Educação, São Paulo, jan/mar 1999.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 outubro 2006.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5692** de 11.08.71, capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

_____. **PARECER nº 699/71.** Regulamenta o capítulo IV da Lei 5.692/71. 06 de julho de 1972. Constituição Federal de Educação. Rio de Janeiro.

Boechat, Ivone. Ensinar é aprender, não é transmitir.

www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/artigos/ensinar-e-aprender-nao-e-transmitir-conhecimentos/ivoneboechat Ivone Boechat é Professora em Niterói/RJ. Pesquisado em 20de outubro de 2011, às 20hs

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da**

Educação. Disponível em:
<<http://www.mec.gov.br>>

CARNEIRO Leão. **A educação de jovens e adultos.**

www.webartigos.com/articles/4105/1/A-Educacao-De-Jovens-E-Adultos-No-Brasil/pagina1.html#ixzz1OLwFHzUa.
Pesquisado em 7 de fevereiro de 2011.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: Leitura crítico-compreensiva:** artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARRANO. Paulo César Rodrigues. **Identidades Juvenis e Escola.** Alfabetização e Cidadania. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n. 10, nov. 2000.

Carneiro Leão
www.webartigos.com/articles/4105/1/A-Educacao-De-Jovens-E-Adultos-No-Brasil/pagina1.html#ixzz1OLwFHzUa.
Pesquisado em 7 de fevereiro de 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DORIA, Antonio Sampaio. **Questões de ensino.** v. 1, Monteiro Lou C. Editores, São Paulo, 1923.

DUBET, François. **A Escola e a exclusão.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 119, jul. 2003.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo.** São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Reflexões sobre alfabetização.** Tradução Horácio Gonzales et al., 24. ed. Atualizada. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia dos sonhos possíveis:** Paulo Freire. São Paulo: UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Vozes, 1985.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Conscientização – teoria e prática da libertação.** São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Conscientização – teoria e prática da liberdade:** uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Para educadores.** 5. ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.

_____. **Educação e mudança.** 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de Adultos.** Relato de uma experiência construtivista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FURTER, Pierre. **Educação e reflexão.** 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a Educação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito.** 4. ed.

São Paulo: Cortez, 1995.

GRAMSCI, Antonio. Frases de Antonio Gramsci <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/antonio-gramsci-307895.shtml>

GROSSI, Esther Pilar. **Por que ainda há quem não aprende?**A teoria. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A paixão de aprender**. 6. ed. Petrópolis, Vozes, 1992.

HADDAD, Sérgio. **Estado e Educação de Adultos (1964 – 1985)**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1991.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 7. ed. Coimbra: Aménio Amando, 1978.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2000.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993,

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1991.

MAIA, Emy Marisa e GARCIA, Regina Leite. **Uma orientação educacional nova para uma nova escola**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1984.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias,**

dissertações e teses. São Paulo: Editora Campus/Elsevier, 2005.

RIBEIRO, Sabrina Luiza. Associação Brasileira de Psicopedagogia. (www.abpp.com.br/artigos/37.htm - pesquisado em 15/10/2011 às 12:25m).

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Educação de Jovens e Adultos: Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo: Ação Educativa, MEC, 1997.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Sísifo desce a montanha**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. 131 p. www.antoniomiranda.com.br/iberoamerica/brasil/affonso_romano.html

SANTOS, Ivonete Maciel Sacramento dos. **Trajétoria da Educação de jovens e adultos**. net.escola@hotmail.com Pesquisado em 27 de agosto de 2011, às 10h30min.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. 32 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SOARES, Leôncio José Gomes. **A Política Educacional**. Disponível em: http://www.educacaoonline/a_politica_educacional.asp?f_artigo=325>. Acesso em: 10 outubro 2006.

SANTOS, Claudévone Ferreira dos. **A Indisciplina no cotidiano escolar** Candombá – Revista Virtual, v. 2, n. 1, p. 14–23, jan – jun. 2006.

TEIXEIRA. Anísio. **Discurso pronunciado**

por **Anísio Teixeira no Colégio Antônio Vieira**, em 30 de novembro de 1924. Diário Oficial do Estado. Salvador, 2 dez. 1924.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: **construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertad, 1993.

VÓVIO, Cláudia Lemos. **Viver, aprender: educação de Jovens e Adultos** (Livro 1) São

Paulo: Ação Educativa: Brasília: MEC, 1998.

<http://assprapmrn.blogspot.com/2011/02>.

Acesso em: 11 outubro 2011 as 21:40m.

www.educacional.co.br/articulistas/outroseducacao_artigo.asp?artigo=artigo0068-cecilia 27 de junho de 2008, às 18h38min.

WERNECK, H. **Se Você Finge Que Ensina, Eu Finjo Que Aprendo** - 22ª.Ed: 22; Ed, Vozes; RJ. 2002.